



OS CURSOS DE LIBRAS DO SENAC –TERESINA - PI E O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FERREIRA, Ana Cristina de Assunção Xavier¹
FARIAS, Francisca Neuza de Almeida²
LUSTOSA, Ana Valéria Fortes Marques³

Resumo: A regulamentação da Libras, no decreto 5.626/05, traz uma importante mudança na inclusão do surdo nas instituições de ensino, passando agora a vigorar o direito da presença do profissional habilitado para o uso da língua de sinais como mediador dos saberes que circulam nas instituições de ensino. Assim, podemos dizer que a educação de surdos tem se revelado um assunto inquietante às propostas educacionais direcionadas para esse educando. Conforme necessidade de qualificação de pessoas o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC preocupado com este atendimento intensifica em suas programações a criação de cursos direcionados para o aprendizado da Libras visando a qualificação de profissionais atuantes na prática do idioma e o atendimento a sociedade relacionado a carência profissionais preparados para o atendimento do sujeito surdo, contemplando em suas organizações curriculares componentes direcionados para a aquisição do idioma atendendo inclusive as particularidades e estrutura gramatical própria. Esta pesquisa ora apresentada teve como objetivo principal analisar o processo de criação dos cursos de Libras no Senac-Teresina-Pi e o impacto causado por eles em seus participantes, no entanto partimos para o seguinte problema em Teresina, como em todas as capitais brasileiras, há ausência de profissionais qualificados para o uso e ensino da Libras conforme exigência da lei 10.436/2002 regulamentada pelo decreto 5.626/2005, levando as instituições de ensino a criar cursos que promovam a formação de pessoas na área. Para a sua execução, utilizamos pesquisa em documentos e registros arquivados na Instituição, assim como entrevista semiestruturada com alunos dos cursos de Libras. Quanto à fundamentação teórica nos embasamos, dentre outros, em Quadros (2012), Ferreira (2010), Lacerda (2013), Slomski (2010) que defendem que a inclusão do surdo em uma proposta bilíngue promove o respeito pela cultura surda e o direito destes sujeitos a uma educação de qualidade atendendo suas necessidades sociolinguísticas. Concluímos, com base nesses dados, que os alunos sofreram grandes mudanças nesse processo de formação, ampliando sua formação em Libras, assim como alcançando maiores possibilidades no mercado de trabalho e na busca de mais formação em nível superior na área.

Palavras – Chave: Libras. Intérprete. Formação Profissional.

¹ Pedagoga e Especialista em Docência no Ensino Superior; Docência para a Educação Profissional e Língua Brasileira de Sinais – Libras, Supervisora Pedagógica do Senac Teresina.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí- UFPI.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação da UFPI, coordenadora do Núcleo de Estudos em Educação Especial do Piauí – NEESPI.

INTRODUÇÃO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituição de ensino que promove cursos de Educação Profissional há mais de seis décadas em todo o Brasil vem qualificando pessoas para a inserção no Mercado de Trabalho em todo o país, tendo como missão *Educar para o trabalho em atividades do comércio, bens, serviços e Turismo*, vem proporcionando a todos os seus estudantes oportunidades de inserção no mercado, através do desenvolvimento de competências. O Senac no Piauí foi instalado em Teresina no ano de 1947. No Piauí, dispomos de 8 (oito) Centros de Formação Profissional – Teresina, Parnaíba, Valença, São Raimundo Nonato, Picos, Campo Maior, Floriano, Bom Jesus e em projeto de construção dos centros das cidades de Oeiras e Barras.

O Senac atua nos mais variados segmentos: Artes, Design, Conservação e Zeladoria, Meio Ambiente, Social, Gestão e Comércio, Moda e Beleza, Hospitalidade, Saúde, Segurança, Informática, Idiomas e Educacional. O compromisso institucional do Senac para com a sociedade ultrapassa o de apenas formar, ou seja, se estende para o educar para a vida, dando possibilidades de habilitar-se para manter-se no mercado de trabalho .

A qualificação constante é necessária para atender às exigências do mercado de trabalho e suprir as atividades econômicas que buscam cada vez mais, e de forma acirrada e crítica, a busca por profissionais capacitados os quais desenvolvam suas atividades de forma eficaz. Para que isso seja possível, não podemos deixar de considerar a necessidade deste profissional ter tido uma educação básica significativa e com foco para uma formação profissional crítica, criativa e autônoma (WEISZ, 2002).

Deste profissional é solicitado e exigido competências que vão além do domínio técnico e tecnológico. A uma formação inicial compatível soma-se a necessidade de uma formação continuada em busca do aprimoramento e conhecimentos inovados. Para que a missão do Senac possa ser concretizada, faz-se necessário que seus docentes e técnicos estejam em sintonia para acompanhar as evoluções que ocorrem a cada minuto neste mundo globalizado das organizações produtivas e do trabalho.

De acordo com o projeto político pedagógico (PPP), o modelo de ensino por competências traz em si possibilidades de constante aperfeiçoamento e, por isso, tem-se mostrado extremamente adequado às atuais características do mercado de trabalho, no que se refere à educação continuada dos trabalhadores. Esse modelo possibilitou uma mudança de foco; a educação profissional, antes voltada para a área específica passa a ser agrupado em torno de fundamentos científicos comuns, configurando os eixos tecnológicos, caracterizados pelo

conceito de politécnica, o fio condutor da nova forma de organização da Educação Profissional de Nível Médio.

O Senac oferta cursos na instituição por meio comercial e pelos programas de Gratuidade: PSG (Programa Senac de Gratuidade) e o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) que vem proporcionando oportunidades a todas classes sociais, principalmente a mais desfavorecida, e ainda uma inovação em seu portfólio de cursos de acordo com as demandas do mercado de trabalho nacional e local em cada departamento regional (DR). A instituição atua em diferentes tipos de modalidades FIC - (Formação Inicial e Continuada, que são os tipos de cursos dos programas instrumentais, socioculturais e socioprofissionais, qualificação técnica, aperfeiçoamento/atualização). Também dispomos da habilitação técnica, que vem ganhando destaque em nossas programações e oferta.

Enfatizando a missão do SENAC de educar para o trabalho em atividade do comércio, bens, serviços e turismo, a modalidade de educação profissional é organizada de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Nesse contexto, o SENAC visa preparar profissionais para a inserção e permanência no mercado, atuando na qualificação profissional para o mundo do trabalho, desenvolver formação com a responsabilidade de promover uma educação profissional de qualidade.

Esta instituição diante do compromisso social e de inclusão lança o programa *Deficiência e Competência*, criado com o intuito de definir ações adequadas e sistemáticas, na esfera de atuação do SENAC, que garantam às pessoas com deficiência o direito de desfrutar, com equidade, das oportunidades de acesso à educação profissional de acordo com sua própria escolha. Atualmente, o chamado PSA (*Programa Senac de Acessibilidade*), dispõe de ações que promovam o acesso do estudante com deficiência em nossas programações, proporcionando todas as condições necessárias para o desenvolvimento de competências deste sujeito para o mercado de trabalho, independente de suas limitações.

Num contexto de educação profissional, permanentemente aberta a todos, o SENAC desenvolve suas ações pautadas nos princípios da inclusão, referendando o paradigma universal de respeito à diversidade humana, com aplicação de recursos em tecnologia de acessibilidade e na sensibilização e capacitação de suas equipes, como estratégias apropriadas à qualidade dos serviços prestados aos alunos com deficiência.

Educação inclusiva de qualidade é mais do que um conceito. Para o Sistema SENAC, é sua principal missão e razão de existir. Inserção esta que precisa transpor as barreiras sociais, culturais e étnicas existentes no País. Pensando assim, concordamos com Perrenoud

(2000), quando diz que “Competência é a capacidade de agir de forma eficaz, em determinadas situações, colocando em ação diversos recursos cognitivos”, ou seja, para todos os sujeitos.

O Senac ofertava somente um curso de habilitação técnica de nível médio, e após a conclusão deste, a instituição não mais ofertou. Posteriormente e com base em pesquisas relacionadas ao ensino técnico e diante da necessidade do mercado, os Departamentos Regionais da instituição em todos os estados iniciam novamente a sua oferta, ou seja, além de cursos FICs os de habilitação técnica de nível médio (cursos técnicos) nos mais variados segmentos. Atualmente o Piauí oferta 18 títulos de cursos de modalidade técnica.

Os segmentos Idiomas e Educacional vêm ganhando grande destaque no regional Piauí, mais precisamente na capital, com cursos de Libras distribuídos como formação inicial e continuada de Libras fazendo parte do segmento idioma: Libras Básico, Libras Intermediário, Libras Avançado, Escrita de Sinais/Signwriting, Libras para Profissionais da Saúde e agora destaque em nosso portfólio o curso Comunicação em Libras para Criança, também pioneiro no estado. Compondo o segmento Educacional, temos: Metodologia para a Prática Bilíngue no Ensino para Surdos. Em se tratando de técnico, no segmento Educacional temos o primeiro curso no estado do Piauí (e em todos os Departamentos Regionais do Brasil), o programa de Habilitação Técnica de Nível Médio em Tradução e Interpretação de Libras, dentre outros programas de carga horária inferior a 20 horas, aos quais titulamos de ação extensiva.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de criação dos cursos de Libras no Senac - Teresina-Pi e o impacto causado por eles em seus participantes. Este tema justifica-se pelo fato de, como não há pesquisa sobre os cursos promovidos por esta instituição na área de Libras, o mesmo se torna relevante por oferecer à comunidade piauiense e, porque não dizer brasileira, os processos de criação e desenvolvimento desses cursos, assim como os resultados alcançados pelos seus participantes no mercado de trabalho.

Para o desenvolvimento deste, utilizamos pesquisa em documentos e registros arquivados na Instituição objeto de nossa pesquisa, assim como entrevista semiestruturada com alunos dos cursos de Libras.

Para realizar este trabalho, articulamos junto à diretoria da instituição a autorização para manuseio dos documentos necessários, assim como entrevistamos professores e alunos dos cursos promovidos pela instituição de educação profissional para, então, analisar as respostas de todos.

Com relação ao número de participantes, contamos com todos os professores e, dentre

os 45 alunos concludentes, entrevistamos apenas 26 (vinte e seis), os quais estavam estagiando na Secretaria Municipal de Educação do município de Teresina e que aceitaram participar da pesquisa. Após a primeira etapa, descrevemos o que foi encontrado, analisado e apresentado em forma de artigo para a socialização dos resultados.

Como referencial teórico, tomamos como base o que propõem Quadros (2012), Ferreira (2010), Lacerda (2013), Novaes (2010), e outros de mesma importância para a área.

Portanto, expomos a importância destes cursos voltados para área de Libras e a expectativa de que esta produção venha a contribuir para que outros profissionais da área ou não, mas que necessitam deste aprendizado possam rever suas ações e necessidades em sua atuação como agente/mediador, ampliando assim o objetivo, que é a inserção no mercado de trabalho, de pessoas, deficientes ou não, preparadas e competentes com habilidades diferenciadas para os diversos contextos profissionais.

Surdez e Educação

A surdez tem sido objeto de investigação de áreas como a linguística a fonoaudiologia, a medicina e a educação e, de forma geral, nota-se que há uma expectativa constante em viabilizar um melhor aprendizado e integração destes sujeitos na sociedade. Ao falar de educação de surdos, leva-se em consideração que este é um sujeito eminentemente social e, como sujeito social, tem em si impresso as diferenças individuais, as influências sociais, educacionais, culturais e históricas que compõem o cotidiano deste cidadão na educação. (SILVA, 2008).

Há pelo menos duas maneiras distintas de entender a surdez: a primeira, a não audição, a não fala, a qual se deve atribuir correção através de diversas técnicas sociais, com um único intuito, o de restituir um corpo. A segunda, como experiência visual, pela falta de audição, que cria outra forma de subjetividade sendo essa falta a possibilidade de o surdo construir uma nova inscrição de si, não cabendo uma reabilitação, já que esta diferença mesma, o constitui como sujeito surdo. (MARTINS, 2007)

Em 1940, a Sociedade Otológica Americana define o surdo como o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum. Embora caiba aqui a questão “vida comum de quem e em que mundo”, citaremos algumas definições para desdobramentos futuros.

Krech & Crutch (1967, p.38) afirmam que “falta ao surdo à capacidade de situar, através do som, um objeto no espaço como, também, as indicações alertadoras e avisos de nosso ambiente físico”. Fine (1977 apud FERNANDES, 1990, p.38), “indica que, surdez é

uma deficiência não visível fisicamente e se limita a atingir uma pequena parte da anatomia do indivíduo”. Suas consequências, no entanto, são extraordinárias no que diz respeito ao desenvolvimento emocional, social e educacional do surdo. Silva (1990, p. 45) também postula que a privação auditiva constitui graves distúrbios neurológicos sensoriais, que afetam a capacidade de comunicação oral e de aprendizagem. Apesar de reconhecermos a importância do canal auditivo, a surdez não pode ser limitada à questão físico-biológica como aponta Fernandes (1990, p.38):

Para o surdo, o instrumental linguístico utilizado pelo meio que o cerca não se apresenta como um recurso que vem facilitar seu intercâmbio com o mundo, um instrumento que propicia uma aquisição rápida de novas informações, manipulações de novos símbolos e conceitos, mas sim, um obstáculo que precisa transpor com grande dificuldade para chegar ao mundo social de forma efetiva.

Por isso, podemos dizer que a história da educação de surdos é marcada por conflitos e controvérsias. Por esta razão, tem se revelado um assunto inquietante. As propostas educacionais direcionadas aos sujeitos surdos apresentam como objetivo proporcionar o desenvolvimento pleno de suas capacidades, entretanto acabam determinando uma série de limitações levando-os ao final da escolarização fundamental (não alcançada por muitos), a não serem capazes de ler e escrever satisfatoriamente ou a terem um domínio adequado aos conteúdos acadêmicos. As pessoas surdas, por não ouvirem, acabam apresentando dificuldades de acesso à linguagem oral e escrita do grupo ouvinte ao qual pertencem (GÓES, 1996), e, portanto, as práticas educacionais voltadas a esta população devem considerar esta particularidade, o que nem sempre acontece.

No final da década passada, começaram as discussões sobre a determinação e subordinação desta educação à de ouvintes. Estudos relacionados à escolarização de surdos têm produzido resultados poucos efetivos quando se pensa em um número restrito de surdos que chegam ao ensino superior. Com base na realidade escolar do surdo no Brasil, procuraram identificar os problemas envolvidos nesta educação e apontar caminhos possíveis para uma prática pedagógica voltada para o sujeito surdo, uma vez que a escolarização dos surdos tem produzidos resultados poucos efetivos, quando se pensa no número restrito de surdos que consegue chegar ao ensino superior.

Entretanto, quando se opta pela inserção do aluno na escola regular, esta precisa ser feita com cuidados que visem garantir sua possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão sendo trabalhados, além do respeito pela sua condição linguística e, portanto, de seu modo peculiar de ser no mundo.

Dessa forma, a maior parte dos surdos no Brasil não tem tido acesso a uma

escolarização que atenda suas necessidades linguísticas, curriculares, sociais e culturais. Parte dos surdos se encontra em classes/escolas especiais que atuam numa perspectiva oralista ou bimodal, as quais propõem que o aluno surdo se comporte como ouvinte, lendo nos lábios aquilo que não pode escutar, falando, lendo e escrevendo em língua portuguesa. (LACERDA 2009)

O movimento de inclusão tem como meta não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início da sua escolarização, propondo que a escola é que deve se adaptar ao aluno. Para Mazzota (1996, p. 15), “a escola deve ser criativa no sentido de buscar soluções visando à manutenção desse aluno no espaço da sala de aula regular, levando-os a obter resultados satisfatórios em seu desempenho acadêmico e social”. Vimos que ainda não estamos preparados devidamente para inserimos estes alunos com deficiências, pois a falta de preparo dos docentes é a causa mais grave para este processo, dificultando a comunicação, bem como a falta de estrutura física adequada para alguns tipos de deficiência, entre outras.

Espera-se assim que, à medida que a condição linguística do surdo é respeitada, aumentem as chances de ele se desenvolver e construir novos conhecimentos de maneira satisfatória, em contraponto a uma integração escolar sem qualquer cuidado especial. Dessa forma, para atender os anseios da atual política nacional de inclusão escolar, faz-se necessário o desenvolvimento de uma série de reflexões no interior da escola visando alterar profundamente seu modo de atender e atuar com sujeitos com necessidades educativas especiais. Entendemos que é com a realização de uma experiência prática de inclusão na abordagem bilíngue que se podem formar equipes escolares capazes de atuar adequadamente com estes alunos e multiplicar sua experiência junto a outros equipamentos escolares (LACERDA, 2009).

Inclusão, Língua de Sinais e Educação Especial

A inserção do aluno surdo no ensino regular é uma das diretrizes fundamentais da política nacional de educação (BRASIL 2001). Vista como um processo gradual e dinâmico que pode tomar formas distintas de acordo com as necessidades dos alunos acredita-se que a inclusão escolar possibilite a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizagem dos conteúdos acadêmicos e uso social da leitura e da escrita.

Desde cedo, a criança ouvinte tem a oportunidade de conviver com a língua utilizada pela sua família. O adulto colabora para que a linguagem flua, oportunizando atitudes

discursivas que favoreçam o desenvolvimento e a apropriação de aspectos socioculturais e linguísticos importantes. As crianças surdas em geral não têm a possibilidade dessa língua utilizada por seus pais (ouvintes). Tais crianças permanecem no meio familiar aprendendo coisas do mundo e da linguagem de forma fragmentada, dada a impossibilidade de acesso à língua à qual estão sendo expostas (LODI, 2009).

A educação especial numa perspectiva inclusiva implica numa organização própria da escola, seja na distribuição dos espaços físicos, na maneira como as salas de aulas são preparadas para receber os alunos, nas relações entre alunos e professores, alunos e comunidades escolares, na metodologia da avaliação e em muitas relações que são esquecidas quando se organiza o trabalho no ambiente escolar. Para Sousa (apud REDONDO, 2000, p.46) “a inclusão escolar consiste em: possibilitar a criança um desenvolvimento dentro de seus limites pessoais, e não em padrões impostos socialmente, acreditando que a criança portadora de necessidades especiais é capaz de uma aprendizagem rica e construtiva”.

A compreensão da educação especial e da inclusão não impede a manifestação do preconceito, embora contribua, sobremaneira, para seu enfrentamento, ao proporcionar possibilidade da percepção entre diferentes valores e filosofias no cotidiano escolar.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Escola Inclusiva é (BRASIL, 2001 p. 18):

... uma nova postura da escola comum que propõe no projeto pedagógico, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores preparam-se, organiza-se e adapta-se para oferecer a educação de qualidade a todos, inclusive para os educandos, que apresentam necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades especiais em classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e a escola suporte necessário a sua ação pedagógica.

A educação inclusiva a partir das Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2001), propõe e postula uma reestruturação do sistema educacional. A criança surda, inserida na sala de aula comum, precisa ter seus direitos linguísticos respeitados e isso implica a presença, na escola, de outros profissionais da educação, como professores bilíngues ou intérpretes de libras.

Em relação à educação de surdos, aprender uma língua não é somente aprender palavras, mas também seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio entendem, interpretam e representam a realidade. A inserção do indivíduo no ambiente linguístico viabiliza a aquisição da gramática dessa língua, tornando o sujeito capaz de gerar e produzir sentenças.

Para um desenvolvimento satisfatório de linguagem para a constituição destes sujeitos, surge a proposta bilíngue, que enfatiza a necessidade de que o surdo adquira o mais precocemente possível uma língua de forma plena, a língua de sinais, considerada como primeira língua, e, como segunda, aquela utilizada por seus pais (LACERDA, 2009).

Por um bom tempo e por questões culturais manteve-se o mito da existência de uma língua única a qual devia ser imposta aos surdos. Posteriormente, enquanto na prática só se aceitava a língua de sinais como um fator de integração, no seu uso recorrente ela era tragada pela gramática normativa da língua portuguesa.

As línguas de sinais são línguas naturais, porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre pessoas. Têm sua estrutura própria e satisfazem em necessidade comunicativa e expressiva do ser humano. Mas é preciso ressaltar que a língua de sinais só foi reconhecida no Brasil em 24 de abril de 2002, quando o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a lei que reconheceu a Libras como meio Legal de comunicação entre surdos. Ainda em relação à legislação, foi apenas em 2005 que a Libras foi incluída como componente curricular em nosso sistema escolar. Quadros e Karnopp (2004, p.30) em seu estudo sobre Língua Brasileira de Sinais dão uma definição de Língua de Sinais mostrando sua amplitude e complexidade:

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação. As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.

A língua de sinais segue sua evolução natural, sua forma, é viva, circula e entrelaça-se nos diversos discursos sociais. Bakhtin (2003, p.38) faz referência à língua de sinais da seguinte forma:

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interromper, ouvir, responder, concordar, etc. Para que a escola assuma uma postura inclusiva, para atender qualquer tipo de necessidade especial principalmente ao surdo cuja comunicação se dá em outra língua, é de grande importância que todos participem ativamente dessa nova proposta educativa, uma vez que a comunicação é condição indispensável para a inclusão de alunos com necessidades auditivas.

A grande diferença entre as línguas de sinais e as línguas orais é que, enquanto a primeira utiliza o canal visual espacial, a segunda utiliza o oral auditivo. Desse modo, a informação linguística é recebida pelos olhos, os sinais são construídos de acordo com as possibilidades perceptuais do sistema visual humano. No que se refere à relação entre as línguas orais e de sinais, Ferreira-Brito (1997, p. 22) escreve:

Basicamente a língua de sinais e orais são muitos semelhantes. As gramáticas particulares das línguas orais e de sinais são intrinsecamente as mesmas, posto que seus princípios básicos sejam respeitados em ambas as modalidades: elas são dotadas de dupla articulação (estrutura-se a partir de unidades mínimas distintivas e de morfemas ou unidades mínimas de significado), usam a produtividade como meio de estruturar novas formas a partir dos mesmos tipos de constituintes e categorias linguísticas, suas sentenças são estruturadas sempre em torno de um núcleo com valência, isto é, o núcleo requer argumentos (complementos) necessários para a completude do significado que veicula.

Embora não haja consenso com relação à língua de sinais, ser ou não ser considerada como língua materna dos surdos, esta deveria ser adquirida como LI, uma vez que este sujeito, em função do déficit de sentido que possui, possivelmente só poderá ter acesso a uma língua de forma natural se esta não for veiculada por meio do canal oral auditivo. É importante frisar que a língua de sinais não é mais fácil nem menos complexa do que qualquer língua oral auditiva, mas sim apenas veiculada por outro canal. Para Ferreira-Brito (1997, p. 22):

Os surdos são pessoas e, como tais, dotados de linguagem assim como todos nós. Precisam apenas de uma modalidade de língua que possam perceber e articular facilmente para ativar seu potencial linguístico e, conseqüentemente, ou outros potenciais e para que possam atuar na sociedade como cidadãos normais. Eles possuem o potencial. Falta-lhes o meio. E a libras é o principal meio que se lhes apresenta para deslanchar esse processo.

Em outras palavras, a escola ou os sistemas educacionais devem trabalhar no sentido de promover a aquisição do domínio da norma culta, não para que ela substitua a variedade linguística do aluno, mas para que acrescente a este uma possibilidade a mais no caminho da comunicação. É imprescindível ao professor, principalmente ao trabalhar com o aluno surdo, estar atento aos tipos/modelos de avaliação e de atividades que objetivam a construção do conhecimento. Estes modelos devem atender as diferenças do aluno surdo e, para tanto, é importante que o professor entenda as potencialidades e limitações do aluno surdo.

Libras – Idioma e Profissional da Área de Libras

Oficializada pela Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002 e regulamentada pelo decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, Libras – Língua Brasileira de Sinais torna-se oficialmente a segunda língua do Brasil e ganha força entre os sujeitos Surdos e Ouvintes interessados em sua disseminação. Estão garantidas no Brasil, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das

comunidades surdas do Brasil. (LEI, 10.436).

No Brasil, a educação destes sujeitos surdos teve início durante o segundo império. No passado, os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados, por isso eles não frequentava a escola, porém a realidade atual é bem diferente. Após a oficialização, os Surdos iniciaram lutas pelos seus direitos em todos os âmbitos e a cobrança passou a ser mais frequente e hoje os Surdos têm acesso às escolas, mesmo não sendo de forma totalmente inclusiva, pois sabemos que nos dias atuais os Surdos não estão tendo acesso à comunicação conforme assegura a Lei, embora já consideremos um avanço, pois muitas destas instituições já cumprem a legislação e já dispõem do profissional responsável e importante neste processo, o intérprete de Libras.

O profissional em Libras é a “pessoa que tem pleno domínio sobre as duas línguas envolvidas, a Língua de Sinais e a Língua oficial do país no qual está inserida, no nosso caso (língua portuguesa), e media e transmite a comunicação da língua portuguesa para língua de Sinais e vice versa”. O profissional Intérprete de Libras como profissão está assegurado pela Lei 12.319 de 01 de Setembro de 2010 com direitos e deveres iguais às demais profissões, obedecendo a seu código de ética no que tange à prática, além de ser o principal ator no processo de ensino – aprendizagem do Surdo. É uma prática, que além de fascinar, sensibiliza os ouvintes quanto ao seu aprendizado e traz realização pessoal e profissional para aqueles que buscam ingressar no mercado de trabalho. Promove a inclusão social e dá plenos direitos aos Surdos no exercício pleno da cidadania tendo um papel relevante na vida daqueles que a praticam.

As atividades dos profissionais da área de Libras podem ser exercidas de diversas formas, como instrutor nível médio ou superior, intérprete educacional, tradutor, professor de Libras ou intérprete de Libras, podendo desempenhar suas funções em vários tipos de estabelecimento, seja ele educacional, ou em palestras, interpretações de provas, teatros, propagandas televisivas e em serviços de tradução da língua portuguesa para o sistema de transcrição para Libras.

Nesse contexto, pode-se assegurar que o profissional precisa desenvolver a capacidade de mobilizar e de articular saberes inerentes às atividades para realizá-las com qualidade e com segurança. O que será possível pelo desenvolvimento de competências que auxiliam a pessoa a colocar em prática aquilo que aprende. Competência é a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente em uma determinada situação (LINDOSO, 2000 A).

Processo de Criação dos Cursos/Programas do Senac - Piauí

O Departamento Regional do Piauí oferta seus programas com base na necessidade local e por meio de pesquisas prévias sobre as demandas mais urgentes de qualificação profissional. Atualmente, o SENAC tem autonomia para a criação e autorização de seus cursos que se destinam à modalidade técnica, a qual após sua elaboração pelo setor específico “Coordenação Técnica Pedagógica” – CTP. O documento passa por uma avaliação dos conselheiros do SENAC os quais promovem a cada três meses, reuniões para a aprovação de planos de cursos, bem como reformulações em seus planos e a liberação de suas ofertas para a sociedade.

Em relação aos programas dos segmentos Idiomas e Educacional, no que diz respeito ao idioma Libras, classificamos de programas instrumentais, aperfeiçoamento e qualificação técnica. O Brasil hoje passa por transformação no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência, ou seja, programas são criados, ações de conscientização, no entanto, no estado do Piauí a carência de profissionais ainda é alta e o número de instituição ofertante ainda é pequeno.

No nosso estado não havia a oferta da formação de cursos de graduação para profissionais habilitados para o ensino da língua, mas no final do 2º semestre do ano de 2014 chega à capital o primeiro curso na Universidade Federal do Piauí – UFPI de Licenciatura em Letras Libras. Até então, o único local a ofertar este curso em uma modalidade técnica era o SENAC, ganhando destaque também pela disponibilização de laboratório específico e próprio com estrutura excelente e equipamentos de alta resolução, dispondo ainda de cabine de som para as práticas de tradução e interpretação de Libras (voz - sinal; sinal - voz). Enfatizamos ainda, que somente o DR Piauí dentre os 27 estados oferta este curso, tendo suas boas práticas reconhecidas em todo o Brasil.

De início, foram ofertadas 4 (quatro) turmas pelos programas PSG e PRONATEC do curso técnico em Tradução e Interpretação de Libras, com carga horária de 1200 horas distribuídas em três módulos, curso este que habilitava o estudo, a prática de tradução e interpretação de Libras, dentre outros cursos FICs.

A oferta deste curso na cidade de Teresina se deu principal pela ausência da formação destes profissionais e a necessidade por parte dos alunos surdos regularmente matriculados em escolas municipais, estaduais e particulares. O projeto foi pensado e elaborado por um técnico especialista na área atuante no período na CTP (Coordenação Técnica Pedagógica) do Senac Teresina, o qual sentiu a necessidade de promover esta qualificação. Após a elaboração

do plano de curso e a elaboração da matriz curricular com a criação das competências e habilidades previstas em cada unidade curricular, iniciou a construção também dos materiais necessários e específicos do laboratório para as práticas. Nesta construção também havia necessidade de um olhar diferenciado para os títulos dos materiais didáticos que seriam utilizados, visto que, ainda temos deficiência em acervos bibliográficos para o estudo destas unidades e em algumas destas precisamos de elaboração de material apostilado para atender as necessidades dos componentes. Após todo o processo, o plano de curso foi submetido à aprovação do Conselho de Educação do Estado – CEE haja vista que no ano de criação em 2011 o SENAC ainda não tinha autonomia para a autorização. Em apresentação do documento, os integrantes deste conselho se surpreenderam com o título nunca visto antes e salientaram que este documento os faria pesquisar mais para conhecer o assunto e, de fato, a sua aprovação demorou bastante comparado aos outros dois planos levados juntos, os de Estética e Podologia. Várias solicitações foram feitas ao técnico criador do curso para comparecer ao conselho para esclarecimentos e este prontamente foi ao órgão para sanar dúvidas e, finalmente, o documento é aprovado.

Para os cursos instrumentais que apresentam carga horária menor (60 horas): Libras Básico, Libras Intermediário, Libras Avançado, Escrita de Sinais/Signwriting, Metodologia para a Prática Bilingue no Ensino para Surdos, Libras para Profissionais da Saúde) e agora destaque no portfólio o curso Comunicação em Libras para Criança, a elaboração também obedece às mesmas regras da qualificação técnica. Inicialmente é realizada pesquisa de mercado e enquetes no site da instituição sondando “qual curso você desejaria no Senac”. Diante da necessidade comprovada, inicia-se a elaboração pelo técnico responsável pelo segmento (idiomas ou educacional).

A organização curricular dos programas do SENAC-PI é pautada nas competências profissionais do mundo do trabalho, com foco no perfil profissional de conclusão, prevendo situações que levem o participante a aprender a pensar, a aprender a aprender, a mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade. Nesse sentido, a organização dos conteúdos de todos os cursos privilegiará o desenvolvimento de competências cognitivas, sociocomunicativas, emocionais e qualidades pessoais, tais como: espírito empreendedor e de equipe, autonomia, iniciativa, cooperação, flexibilidade, criatividade, dentre outras relacionadas ao perfil do trabalhador com base no projeto político pedagógico do Senac Piauí.

Os estudantes destes programas são acompanhados de perto e incentivados a continuar o itinerário disponível como necessidade constante de aperfeiçoamento. Estes

sujeitos se empenham no aprendizado deste novo idioma de modalidade visual espacial e inicia uma construção de sensibilização diante da comunidade Surda, que busca uma comunicação justa e sem ruídos para uma vida sociável.

Diante do crescimento dos cursos técnicos no DR Piauí e após pesquisas sobre a importância e o retorno da empregabilidade do sujeito que dispõe de curso técnico e principalmente pela carência deste profissional em todo o Brasil, a criação do curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do SENAC trouxe muitos frutos à comunidade Surda. A grande maioria dos alunos deste curso, conforme dito pelos mesmos tiveram reconhecimento e retorno financeiro na profissão, a maioria com estágios remunerados nas escolas municipais da SEMEC (Secretaria de Educação Municipal e Cultura), no atendimento a crianças com surdez, ou exercendo interpretações em eventos em geral.

Em depoimentos de alunos atuantes na profissão, o entusiasmo era algo notório, não somente pelo lado financeiro, mas pela necessidade de colocar em prática o aprendizado, pois como toda língua é imprescindível muita prática e com usuários nativos da língua. Com a Libras não seria diferente. Em acompanhamento da supervisão do SENAC a estes alunos em estágio nas escolas municipais, constatou que havia dificuldade no exercício de sua prática no campo de atuação, pois as crianças surdas atendidas por estes profissionais não sabiam Libras o que dificultava mais o seu trabalho. Segundo os alunos, havia precisão de um trabalho que saía das atribuições do Intérprete de Libras, mas um trabalho realizado por todos, pois no aprendizado em sala de aula questões culturais foram esclarecidas e as metodologias específicas aplicadas para o ensino e a mediação da comunicação ensinada. Conforme depoimento dos alunos entrevistados, a presença deste profissional ainda é estranhada, pois anteriormente não havia essa preocupação, ou melhor, não havia surdos em salas de aulas, tampouco um intérprete atuando em sala junto com o professor.

Em relação aos impactos que este curso trouxe em sua vida, muitos relataram que não conheciam este curso e nem a profissão, e informaram que a escolha no momento era por conta de ser o curso com vaga disponível no momento. De início, muitos quiseram desistir por achar difícil a língua, outros o interesse foi maior e o gosto pela aquisição foi crescendo cada vez mais. Ainda outros afirmam: “Nossa! já estou empregado”; os demais perceberam que esta profissão era promissora e o número de solicitação de estagiário de 1 vaga inicialmente, subiu para 26 vagas em escolas, número este que deixou a instituição empolgada na certeza de estar contribuindo para a inclusão destas crianças surdas.

Em alguns momentos nas aberturas dos cursos, o processo de criação e a organização da matriz curricular eram discutidos com os alunos/calouros, bem como as regras da

instituição. As cargas horárias foram explicadas tendo em vista que havia teoria e prática. Um breve relato também foi discutido sobre a profissão quanto ao seu reconhecimento e as tendências e oportunidades para este profissional disponível.

O acesso a documentos da instituição favoreceu uma melhor compreensão e nos revelou o crescimento na área de Libras, permitindo um comparativo: no ano de 2010, havia na instituição somente o curso de Libras Básico, com carga horária de 40 horas e no ano em exercício temos 8 (oito) títulos, 7 cursos FICs com acréscimo da carga horária e 1 curso técnico, além do reconhecimento pela comunidade surda, que atualmente se faz mais presente nas programações tendo em vista, que todos os surdos matriculados nas programações do SENAC tiveram a presença do intérprete de Libras durante todo o curso e sem nenhum tipo de despesa atribuída a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aquisição da Língua Brasileira de Sinais – Libras atualmente é um tema relevante em discussões, pesquisas e na busca pelo aprendizado. A surdez se tornou tema importante de pesquisa no Brasil no final dos anos 1980. Antes disso, era estudada essencialmente pela área médica. De lá pra cá, há mudanças significativas no tratamento do assunto, iniciadas com estudos na área da educação, linguística, medicina e, mais recentemente, da Fonoaudiologia. Cada área passou a se preocupar com determinados aspectos da surdez. Na direção do que vem sendo recomendada pelas diretrizes oficiais e pelos estudos na área da surdez, a inclusão enfatiza a importância da aquisição da língua de sinais o mais cedo possível, possibilitando a igualdade entre todos, ou seja, que estes sujeitos tenham contato com outros surdos em sala de aula com a finalidade de buscar soluções para as dificuldades enfrentadas, oferecendo condições para que estes alunos tenham acesso a uma educação bilíngue com a presença do profissional Tradutor e Intérprete de Libras e/ou profissionais habilitados para o ensino.

Hoje entendemos que o surdo participa de uma cultura na qual poucos ouvintes são inseridos, a cultura surda, assim este sujeito tem formas de compreender o mundo e se relacionar com ele bem diferente dos ouvintes. O gesto faz parte da linguagem, seja ela falada ou sinalizada. Entretanto o gesto não ocupa o mesmo lugar de uma língua. Os gestos e as línguas de sinais, assim como a fala, fazem parte das práticas discursivas que ocorrem na interação do surdo. A aquisição da língua de sinais possibilita aos surdos continuidade simbólica e imersão da linguagem.

Assim, a prática destes profissionais no estado do Piauí, especificamente na capital

Teresina ainda não era realizada conforme previsto em lei, e estes alunos surdos estavam sendo inseridos num contexto totalmente diferenciado da realidade que as bases legais determinam, comprometendo o aprendizado em relação à maioria que são os ouvintes devido à ausência de pessoas preparadas para a mediação da comunicação por meio da modalidade visual espacial. Com base nisto, e após demanda comprovada, o SENAC-Pi diante do seu compromisso social e a promoção da Educação Profissional iniciou o processo de construção e aumento de títulos na área de Libras para o atendimento às pessoas interessadas em buscar este aprendizado. Aumento este significativo diante da procura por cursos desta área na instituição. Percebemos que a construção de seus projetos é minuciosamente planejada e em parceria sempre com os profissionais da área.

A criação destes títulos e sua oferta tem proporcionado um maior número de estudantes qualificados na área de Libras no estado do Piauí, segundo depoimento dos professores, assim como o reconhecimento destes profissionais no mercado de trabalho tem sido promissor e cada vez mais crescente, conforme posicionamento dos mesmos. A busca destes profissionais por órgãos ao SENAC tem sido algo constante e solucionador para o atendimento de surdos, principalmente no sistema educacional público. Para a instituição, seus objetivos foram alcançados.

Os relatos destes alunos em processo de formação é algo significativo, pois estes reconhecem a oportunidade de crescimento profissional e promissor em uma área na qual ainda há ausência de profissionais. Os alunos informam ainda sobre as mudanças que sua atuação ao mercado de trabalho trouxe para seu crescimento pessoal e profissional. No entanto, em depoimentos de alunos que já estão no mercado, algumas ações precisam ser resolvidas pelo estado, como realizações de concursos públicos com vagas que possam suprir as necessidades destas escolas, capacitações e cursos de aperfeiçoamentos para os profissionais que já atuam nas escolas. Neste sentido, o Senac já realiza este trabalho contribuindo para sociedade, mas diante do crescimento, todos os órgãos devem abraçar a causa e oferecer cursos voltados para a metodologia da prática bilíngue para surdos, bem como cursos direcionados também para alunos surdos, ou seja, ações que possam formar este sujeito ativo na sociedade promovendo, de fato, a cidadania.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**, 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (coleção biblioteca universal).

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://www.seduc.pi.gov.br>. Acesso em 04 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei oficialização do idioma Libras** - 10.436 de 24 de Abril de 2002, Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

FERREIRA-BRITO, L. **Integração Social e Educação de Surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

GOES, M.C.R. de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: autores associados, 1996.

LACERDA, C.B.F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n^a 69, p. 163-184, mai/ago, 2008.

LINDOSO. Bernardes Martins (coord.). **Educação Profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico, v.1: introdução. Brasília: Ministério da Educação, 2000^a.

LODI, A.C. B; LACERDA, C.B.F, **Uma escola duas Línguas**, Porto Alegre: mediação,2009.

MARTINS, L.S. **O traço da pessoa na aquisição normal e deficitária do português brasileiro**. 2007. Tese (Doutorado em Lingüística) – Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre, ed. Artemed 2000.

_____. Construir competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

QUADROS, R.M & KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Arte Med, 2004.

SENAC. DN. **Norteador da Prática Pedagógica: Formação com base em Competências**, SENAI/DN, Brasília, 2006.

SENAC. **Projeto Político Pedagógico**. Administração Regional do Piauí, (2010). Disponível em: http://senac.eduead.com.br/docencia/file.php/161/Projeto_Politico_Ped_oficial_Presencial_EAD_2010.pdf. Acesso em: 07 abril. 2012.

SILVA, A.C.; NEMBRI, Armando Guimarães, **Ouvindo o Silêncio** (surdez, linguagem e educação), Porto Alegre: mediação, 2008.

SOUZA, R.M. **Educação de Surdos**, São Paulo: Summus, 2007.

_____. **Que Palavras que te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSG – Programa Senac de Gratuidade

FIC – Formação Inicial e Continuada

DR – Departamento Regional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

PSA – Programa Senac de Acessibilidade

CTP- Coordenação Técnica Pedagógica

UFPI – Universidade Federal do Piauí



16 a 18
NOVEMBRO
2016

LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENCÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

19

SEMEC Secretaria de Educação Municipal e Cultura

CCE - Conselho de Educação do Estado do Piauí.